

PUBLICIDADE

Estadão / Política / Blogs



Blog do Fausto Macedo >

Notícias e artigos do mundo do Direito: a rotina da Polícia, Ministério Público e Tribunais

Opinião • | Como o STF pode ajudar o governo a chegar mais perto de cumprir as metas da COP-30

CONVIDADO

Por [Luis Sergio Kaimoto](#)

31/01/2024 11h50



Protagonista da próxima edição da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30), em 2025, o Brasil tem uma série de metas estabelecidas pelo atual governo para cumprir com o compromisso de reposicionar o Brasil na liderança mundial em termos de mitigação de mudanças do clima e controle do desmatamento. E um julgamento prestes a ser concluído pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pode ajudar a colocar o País mais perto deste objetivo.

Leia também

- [O inevitável quartel litigioso pelo direito ao clima seguro e sadio](#)
- [COP 28: iniciativa privada pode ser instrumento para acelerar negociações](#)

Montes Ilustrações

[Notícias & Editorias](#)[Ver & Ouvir](#)[Dia a dia](#)[Produtos](#)[TORRE](#)

no qual se discute a utilidade pública da atividade de gestão de resíduos no país e a permissão para que aterros sanitários sejam construídos excepcionalmente em áreas de preservação permanente. Caso a Corte Suprema decida rever o posicionamento que excluiu esta possibilidade, o Brasil terá a oportunidade de engendrar novos esforços para tentar cumprir a meta de fechar todos os lixões do país até 2024, debelando seus altos impactos ambientais. Caso contrário, há o risco de um grave retrocesso.

A meta de erradicação dos lixões no Brasil foi estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10). O Brasil, entretanto, ainda possui cerca de 3 mil lixões ativos, enquanto os aterros legalizados somam 687.

Na busca pelo fim dos lixões, os aterros sanitários desempenham papel fundamental, tendo em vista que garantem a absoluta e inquestionável proteção de cada aspecto ambiental relevante: os solos de base, as águas superficiais e do lençol freático, o ar, a vegetação, os animais silvestres e a população das cidades. Atualmente, a complexa solução desenvolvida nacionalmente para os aterros é reconhecida como das mais seguras do mundo, tanto por organismos como o Banco Mundial como os órgãos ambientais internacionais.

Apesar da postura cautelosa dos ministros no julgamento em curso no STF, com a nobre intenção de proteger o meio ambiente, a decisão em vigor atualmente não surtirá o efeito esperado e põe em risco todo este complexo sistema de tratamento de lixo. É que, no caso, a deliberação acabou por ser ambígua. Por um lado, define que obras de gestão de resíduos não são de utilidade pública. Por outro, o saneamento é mantido como o sendo. A dualidade que surge nesse posicionamento ocorre devido ao fato, reconhecido no art. 2º, III da Lei nº 11.445/07, de que a gestão de resíduos faz parte das atribuições do saneamento básico, sendo um de seus pilares fundamentais.

PUBLICIDADE

Ao interpretar que as obras de gestão de resíduos não são de utilidade pública,

pode-se ocasionar um severo problema de saneamento em grande parte do país, senão o seu colapso. Um retrocesso de um século.

Atualmente, todas as capitais brasileiras, que contemplam mais de 40% de todos os resíduos do país, contam com aterros sanitários para dispor os resíduos de forma segura. Porém, caso a votação prossiga desconsiderando os aterros sanitários como sendo de utilidade pública, dez das 27 capitais brasileiras ficarão irregulares e o destino de seus resíduos será incerto.

Considerando o último balanço do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, os principais aterros sanitários do país juntos acomodam aproximadamente 43,8 milhões de toneladas de resíduos por ano. Desse total, cerca de 45% estão localizados em APPs. Ou seja, cerca de 30 milhões de toneladas ficariam sem destino ambientalmente adequado, com o risco de voltarem a ser dispostos em lixões, aumento as emissões difusas de chorume e biogás para o meio ambiente, tendo em vista a dificuldade de se encontrar áreas passíveis e seguras para essa reacomodação.

Por isso, espera-se que o STF reveja a posição adotada até o momento, levando-se em consideração os melhores interesses do país, do meio ambiente e da população brasileira.

Convidado deste artigo



Luis Sergio Kaimoto

saiba mais 

Consultor do Banco Mundial

Conteúdo

As informações e opiniões formadas neste artigo são de responsabilidade única do autor. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe



Tudo Sobre

[clima](#) [STF \[Supremo Tribunal Federal\]](#) [Banco Mundial](#)

Últimas: [Política](#)

Dino diz que deve ajudar na construção de política penitenciária mais eficiente ao assumir no STF

31/01/2024 11h33 | Lavínia Kaucz | Caio Spechoto

A difícil jornada para recuperação de valores de criptomoedas surrupiados por sheiks e faraós

31/01/2024 11h15 | Eduardo Maurício

Alerta: estelionato sentimental

31/01/2024 11h00 | Raquel Gallinati

PF intima Bolsonaro para depor sobre suspeita de 'importunar' uma baleia em São Sebastião

31/01/2024 10h06 | Pepita Ortega | Fausto Macedo

[Mais em Política](#)

Mais lidas

1. Ludmilla compra igreja evangélica e Brunna reage: 'Vocês têm noção do que é isso?'
2. Mercado Livre Arena Pacaembu: varejista pagará R\$ 1 bi para colocar seu nome no estádio por 30 anos
3. BBB 24: Madrugada tem discussão sobre colcha, Davi ironizando Wanessa e MC Bin Laden pensativo; veja
4. Amazon faz saldão de livros com descontos de até 80%; veja títulos
5. Putin pressiona Tailândia para mandar banda de rock que o criticou de volta para a Rússia

<p>INSTITUCIONAL</p> <p>Código de ética</p> <p>Política anticorrupção</p> <p>Política de Inteligência Artificial</p> <p>Curso de jornalismo</p> <p>Demonstrações Contábeis</p> <p>Termo de uso</p>	<p>ATENDIMENTO</p> <p>Correções</p> <p>Portal do assinante</p> <p>Fale conosco</p> <p>Trabalhe conosco</p>	<p>CONEXÃO ESTADÃO</p> <p>Broadcast</p> <p>Broadcast político</p> <p>Aplicativos</p>	<p>HOJE</p> 
---	---	---	--

[Acervo](#) [PME](#) [Jornal do Carro](#) [Paladar](#) [Link](#) [iLocal](#) [Agência Estado](#)

Copyright © 1995 - 2024 Grupo Estado